

Parecer Técnico FEAM/URA NM - CAT nº. 8/2025

Montes Claros, 12 de fevereiro de 2025.

**Assunto:** Conclusão da análise do pedido de licença - IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA

**Referência:** Processo SEI nº 1370.01.0024544/2023-86; SLA 4305/2022.

*Modalidade: LAC1 – processo novo*

*Empreendedor: IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA*

*Empreendimento: IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA*

*CNPJ: 22.839.696/0002-68*

## INTRODUÇÃO

O empreendimento IMEX Pedras do Brasil Ltda. pretende atuar no setor de extração e comercialização de rocha ornamental (quartzito), sem beneficiamento, no município de Buenópolis - distrito de Curimataí. A empresa é detentora dos direitos minerários 832.224/2015 e 832.287/2015.

Em 06/12/2022 foi formalizado na URA NM via SLA o processo de solicitação de licenças prévia, de instalação e de operação concomitantes (LAC1 – LP+LI+LO), acompanhada de solicitação de autorização para intervenção ambiental em 5,6133 ha (1370.01.0052369/2022-79) e de 3 cadastros de uso insignificante (0000356632/2022, 0000356638/2022, 0000356641/2022)

O processo foi instruído com RCA, PCA e PIA. De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, as atividades se enquadram nos seguintes códigos:

- **A-02-06-2 (Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento)** – porte pequeno (6.000 m³/ano) e potencial poluidor/degradador médio – classe 2
- **A-05-04-6 (Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos)** – porte pequeno (1,078 ha) e potencial poluidor/degradador médio – classe 2
- **F-06-01-7 (Posto de abastecimento)** - porte pequeno (14 m³) e potencial poluidor/degradador médio - classe 2
- **A-05-05-3 (Estrada para transporte de minério/estéril)** - porte pequeno (1,31 km) e potencial poluidor/degradador médio - classe 2

Estavam previstas 4 frentes de lavra em 3 fazendas distintas: Pé de Serra/Canabrava - FRENTE DE LAVRA 1 (613313 m E / 8026984 m S), Fazenda Imbiruçu - FRENTE DE LAVRA 02 (613689 m E / 8028563 m S) e 03 (613753 m E / 8028771 m S) e Fazenda Hortinha - FRENTE DE LAVRA 04 (616773 m E / 8035078 m S). Cada área contaria com infraestrutura independente.

Incidiram os critérios locacionais de supressão de vegetação nativa em área prioritária para a conservação, Reservas da Biosfera da Serra do Espinhaço e da Mata Atlântica, localização prevista em unidade conservação de uso sustentável (APA municipal Serra de Minas) e localização prevista em zona de

amortecimento de unidade de conservação de proteção integral (PARNA Sempre Vivas). O primeiro critério locacional tem peso 2 que conjugado com a classe do empreendimento (2) leva à modalidade LAC1.

A vistoria foi realizada entre 11 e 13/04/2023 (Auto de Fiscalização SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA nº 32/2023).

Durante a vistoria foi constatado que parte da vegetação campestre solicitada para supressão possuía características que podem enquadrá-la como pertencente ao Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração. O processo SLA foi teve sua formalização invalidada para caracterização correta e apresentação de EIA/RIMA. O processo foi novamente formalizado em 09/05/2023.

Considerando a localização prevista na zona de amortecimento do PARNA Sempre Vivas, foi solicitada a anuência da unidade de conservação em 17/05/2023 (SEI 1370.01.0021886/2023-72).

Considerando a localização prevista na APA Serra de Minas, foi solicitada anuência da unidade de conservação em 01/06/2023 (SEI 1370.01.0024544/2023-86). Não houve manifestação da UC até o fechamento deste parecer.

Após vistoria e análise de todos os documentos do processo foram solicitadas correções e complementações nos estudos apresentados. A solicitação via SLA resultou em 43 itens, realizada em 13/06/2023, com prazo de 60 dias, prorrogados por mais 60 dias a pedido do empreendedor, findando em 11/10/2023.

O PARNA Sempre Vivas solicitou esclarecimentos adicionais no processo SEI 1370.01.0021886/2023-72 em 14/09/2023, repassados ao empreendedor por e-mail em 21/09/2023, com prazo de 30 dias (21/10/2023).

Em 11/10/2023 o empreendedor apresenta resposta a 24 dos 43 itens do SLA. Nessa mesma data solicita o sobrestamento dos demais (19) e dos itens solicitados pelo PARNA, pedindo ainda prorrogação em 10/04/2024. Ao final, o prazo concedido para o sobrestamento foi o período máximo permitido (15 meses), findando em 11/01/2025.

## ANÁLISE

Na data de hoje (12/02/2025) nenhum dos 19 itens do SLA sobrestados (130000, 03, 04, 05, 08, 16, 17, 27 a 31, 33 a 36, 39, 40 e 130043) e das solicitações do PARNA haviam sido respondidos.

Visto que a ausência dessas informações impossibilita atestar a viabilidade ambiental e/ou locacional do empreendimento e que não há mais prazo legal para prorrogações, o processo deverá ser arquivado.

Considerando já haver elementos suficientes para o arquivamento, os 24 itens de informação complementar solucionados no SLA não tiveram seus conteúdos analisados.

## CONCLUSÃO

Concluídas as premissas, e considerando a não apresentação de resposta a vários itens das solicitações de informação complementares, conforme descrito neste parecer;

E considerando o disposto na DN Copam nº 217/2017 em seu Art. 26, § 1º, 2º, 4º e 5º; no Decreto Estadual 47.383/2018, em seu Art. 23, § 1º e em seu Art. 33, inciso II, que disciplinam os casos de arquivamento de processos de licenciamento ambiental;

A equipe técnica da URA NM, sugere o **ARQUIVAMENTO** do requerimento de LAC1, nos termos do Processo Administrativo nº **4305/2022**, do empreendimento IMEX Pedras do Brasil Ltda., no município de Buenópolis/MG.

Por conseguinte, considerando o disposto no §3º do art. 16 da DN COPAM 217/2017, o requerimento d e **intervenção ambiental vinculado** (processo SEI **1370.01.0052369/2022-79**), também deverá **arquivado**.

Por fim, considerando o disposto no §2º do art. 25 do Decreto Estadual nº 47.705/2019, os processos vinculados **de cadastros** **de** **uso**

**insignificantes** (cadastros **0000356632/2022, 0000356638/2022, 0000356641/2022, 0000430120/2023**) devem ser **cancelados**, e o processo de solicitação para intervenção em recursos hídricos vinculado (processo **SEI 1370.01.0049619/2022-27**) deve ser **indeferido**.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Criscolo Parrela Camara, Servidor(a) Público(a)**, em 13/02/2025, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor (a)**, em 13/02/2025, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **107338830** e o código CRC **09F719F1**.

Processo nº 1370.01.0024544/2023-86

Montes Claros, 12 de fevereiro de 2025.

Processo SLA: 4305/2022

Processo SEI (híbrido): 1370.01.0024544/2023-86

Modalidade: LAC1 – processo novo

Empreendedor: IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA

Empreendimento: IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA

CNPJ: 22.839.696/0002-68

Prezada Mônica,

Considerando a não apresentação de resposta a vários itens das solicitações de informação complementares, conforme descrito no Parecer Técnico FEAM/URA NM - CAT nº. 8/2025;

Considerando que a ausência de informações importantes e/ou a entrega destas de maneira insuficiente impossibilita atestar a viabilidade ambiental e/ou locacional do empreendimento;

E considerando o disposto na DN Copam nº 217/2017 em seu Art. 26, § 1º, 2º, 4º e 5º; no Decreto Estadual 47.383/2018, em seu Art. 23, § 1º e em seu Art. 33, inciso II, que disciplinam os casos de arquivamento de processos de licenciamento ambiental;

A equipe técnica da URA NM, sugere o **ARQUIVAMENTO** do requerimento de LAC1, nos termos do Processo Administrativo nº **4305/2022**, do empreendimento IMEX Pedras do Brasil Ltda., no município de Buenópolis/MG.

Por conseguinte, considerando o disposto no §3º do art. 16 da DN COPAM 217/2017, o requerimento de **intervenção ambiental vinculado** (processo SEI 1370.01.0052369/2022-79), também deverá **arquivado**.

Por fim, considerando o disposto no §2º do art. 25 do Decreto Estadual nº 47.705/2019, os processos vinculados de **cadastros de uso insignificantes** (cadastros **0000356632/2022**, **0000356638/2022**, **0000356641/2022**, **0000430120/2023**) devem ser **cancelados**, e o processo de solicitação para intervenção em recursos hídricos vinculado (processo SEI 1370.01.0049619/2022-27) deve ser **indeferido**.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Criscolo Parrella Camara, Servidor(a) Público(a)**, em 13/02/2025, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor (a)**, em 13/02/2025, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **107357947** e o código CRC **7AAB85E7**.

Processo nº 1370.01.0024544/2023-86

Montes Claros, 13 de fevereiro de 2025.

Procedência: Despacho nº 17/2025/FEAM/URA NM - CCP

Assunto: Papeleta jurídica- arquivamento

**DESPACHO**

<b>Empreendimento:</b> <b>Imex Pedras do Brasil Ltda</b>	<b>Município: Buenópolis/MG</b>
<b>Assunto: Arquivamento do Processo Administrativo</b>	
<b>De: Izabella Christina Cruz Lunguinho</b>	Unidade Jurídica: <b>CCP– URA-NM</b>
<b>De acordo: Yuri Rafael de Oliveira Trovão</b>	Unidade Jurídica: <b>Coordenador de Controle Processual da URA NM</b>
<b>Para: Chefe Regional– URA Norte de Minas</b>	Unidade Jurídica: <b>Chefe Regional– URA Norte de Minas</b>

Senhora Chefe Regional,

Em 12/02/2025, a equipe técnica responsável pela análise do processo de LAC1 (LP+LI+LO) nº 4305/2022 emitiu papeleta de despacho da Coordenação de Análise Técnica-CAT nº 8/2025 (doc. SEI 107338830), informando o histórico do referido processo e sugerindo o arquivamento do mesmo, tendo em vista a não apresentação de informações complementares consideradas necessárias para a conclusão de mérito.

O art. 33 do Decreto 47.383/2018 disciplina:

Art. 33. O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I - a requerimento do empreendedor;

II - quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de

**informações de que trata o art. 23** ou a certidão a que se refere o art. 18;

III - quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;

IV - quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26. (grifos nossos)

Também o art. 26, §5º da Deliberação Normativa Copam 217/2017 prevê:

Art. 26 – Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual deverá exigir sua complementação, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.

§1º – As exigências de complementação de que trata o caput serão comunicadas ao empreendedor em sua completude uma única vez, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do licenciamento ambiental.

§2º – Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período.

§3º – Até que o órgão ambiental se manifeste sobre o pedido de prorrogação de prazo estabelecido no §2º, fica este automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo inicialmente concedido.

§4º – O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser sobrestado quando os estudos solicitados exigirem prazos para elaboração maiores que os previstos no §2º, desde que o empreendedor apresente o cronograma de execução, a ser avaliado pelo órgão ambiental estadual.

**§5º – O não atendimento pelo empreendedor das exigências previstas nos §§1º, 2º e 4º ensejará o arquivamento do processo de licenciamento; sem prejuízo da interposição de recurso ou da formalização de novo processo.**

Ainda sobre o ato de arquivamento, a Instrução de Serviço 06/2019 assim disciplina:

“3 – Sugestão para arquivamento do processo administrativo. O arquivamento do processo administrativo é a ação prevista pelas hipóteses traçadas no art. 49 e art. 50 da Lei nº 14.184/2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública estadual e também no art. 33 do Decreto nº 47.383/2018, replicadas a seguir: **I - a requerimento do empreendedor; II - quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23** ou a certidão a que se refere o art. 18; **III - quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental; IV - quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26.** Assim, a obrigatoriedade de apresentação de documentos previstos em lei, previamente à formalização do processo administrativo ou durante o seu transcorrer, justificam o imediato arquivamento do processo administrativo. Ainda, quanto aos documentos e informações de cunho técnico, cuja suficiência de conteúdo é avaliada durante a análise do processo administrativo, há possibilidade de solicitação de informações complementares conforme mencionado no item anterior.

Diferentemente da hipótese de sugestão para o indeferimento, porém, o arquivamento deverá ser sugerido quando as informações complementares não forem entregues ou, se entregues, de forma parcial, não sendo suficientes para a avaliação conclusiva, negativa ou positiva, do processo administrativo em questão. O arquivamento do processo administrativo obstará o reaproveitamento das taxas pagas. Ademais, uma vez arquivado o processo, este poderá ser desarquivado somente por decisão administrativa que deferir o recurso interposto pelo empreendedor ou por autotutela administrativa, nos termos §6º do art. 26 da Deliberação Normativa Copam nº 217/2017 e conforme fluxo definido na Instrução de Serviço Sisema nº 02/2024.”(grifos nossos)

*In casu*, a equipe técnica solicitou informações complementares em 13/06/2023, no prazo de 60 dias, com prorrogação por mais 60 dias. Foram apresentados 24 itens das 43 informações solicitadas. Ao fim do prazo, o empreendedor solicitou o sobrestamento do processo, sendo concedido pelo prazo máximo de 15 meses.

Considerando que o fim do prazo era 11/01/2025, e não foram protocoladas as informações complementares de 19 dos 43 itens solicitados, e considerando a previsão da IS 06/2019 – Revisão 01:

“Sobrestado o processo administrativo, caso não ocorra o atendimento às ações demandadas pelo órgão ambiental, conforme cronograma sugerido por parte do empreendedor, a sugestão da equipe de análise deverá ser para o arquivamento do processo de licenciamento ambiental, conforme diretrizes do §5º do art. 26 da Deliberação Normativa Copam nº 217/2017, em complementação às hipóteses do art. 33 do Decreto nº 47.383/2018.”

Considerando a previsão do art. 16, §3º da DN 217, os processos vinculados devem ser arquivados (a intervenção ambiental – SEI Nº 1370.01.0052369/2022-79) e indeferidos (as outorgas).

Dessa forma, findo o prazo para apresentação de informações complementares, tendo em vista a sugestão da equipe técnica responsável pela análise do processo, e em obediência ao disposto no artigo e na instrução acima referidos, deve o processo ser encaminhado ao arquivamento.



Documento assinado eletronicamente por **Izabella Christina Cruz Lunguinho, Servidor(a) Público(a)**, em 13/02/2025, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **107485545** e o código CRC **9E23A257**.



Decisão FEAM/URA NM - CCP nº. 1/2025

Montes Claros, 13 de fevereiro de 2025.

**ATO DE ARQUIVAMENTO**

A Chefe Regional da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas, no uso de suas atribuições legais,

**Considerando** o teor do despacho nº 8/2025 da área técnica, no qual a equipe técnica da URA Norte de Minas sugere o arquivamento do processo de LAC1 (LP+LI+LO) nº 4305/2022, pela não apresentação de informações complementares;

**Considerando** o teor do despacho jurídico nº 17, que apresentou a legislação aplicável ao caso, e acompanhou a sugestão de arquivamento da área técnica;

**Considerando**, desta forma, a regra prevista no art. 33, incisos II, do Decreto 47.383/2018, que prevê o arquivamento do processo de licenciamento ambiental quando este deixar de apresentar a complementação das informações solicitadas ou não apresentá-las a contento;

**Considerando** a regra prevista no art. 16, §3º da DN 217;

Determino o arquivamento do Processo Administrativo – PA SLA nº 4305/2022 e dos processos vinculados, do empreendedor/empreendimento IMEX PEDRAS DO BRASIL, CNPJ 22.839.696/0002-68, no município de Buenópolis-MG.

---

**Mônica Veloso de Oliveira**  
Chefe Regional da URA Norte de Minas



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Veloso de Oliveira**, Chefe Regional, em 13/02/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **107486824** e o código CRC **C6F52201**.



Ofício FEAM/URA NM - CCP nº. 4/2025

Montes Claros, 13 de fevereiro de 2025.

Assunto: **Arquivamento**

*Referência:* [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0024544/2023-86].

Prezados Senhores;

Servimo-nos do presente para informar que esta Unidade Regional procedeu ao arquivamento do Processo Administrativo **SLA nº 4305/2022 e dos processos vinculados**, do empreendedor/empreendimento **IMEX PEDRAS DO BRASIL, CNPJ 22.839.696/0002-68**, no município de Buenópolis-MG, motivado pela não apresentação de informações complementares.

Salientamos que o empreendimento será objeto de fiscalização e o desacordo com o disposto no Decreto 47.383/18 sujeitará o empreendedor à apuração de eventuais infrações ambientais, de acordo com a lei.

Salientamos também que, em caso de constatação de débito de natureza ambiental para o referido empreendimento, os autos do processo nº 4305/2022 serão remetidos à Assessoria Jurídica da SEMAD para que os mesmos sejam encaminhados à Advocacia Geral do Estado para inscrição do débito de natureza ambiental em dívida ativa do Estado.

Ressalta-se, ainda, que o arquivamento do presente processo não impossibilita a abertura de novo processo, desde que não implique reaproveitamento dos custos referentes ao processo ora arquivado.

Atenciosamente,

---

**Mônica Veloso de Oliveira**

Chefe Regional da URA Norte de Minas



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Veloso de Oliveira**, **Chefe Regional**, em 13/02/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **107487132** e o código CRC **5173F0CA**.

---

**Referência:** Processo nº 1370.01.0024544/2023-86

SEI nº 107487132

Rua Gabriel Passos, no. 50, Centro - Montes Claros - CEP 39400-012